



CONTRATO Nº 334/2022

Município de Canguçu, pessoa jurídica de direito público interno, com inscrição no CNPJ/MF sob o nº. 88.861.430/0001-49, com prefeitura na Praça Dr. Francisco Carlos dos Santos, nº 240, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Sr. Marcus Vinicius Muller Pegoraro, brasileiro, casado, residente e domiciliado na Rua João de Deus Nunes, 405, Canguçu/RS, doravante denominada simplesmente **CONTRATANTE**, e **CR CONSULTORIA EM GESTÃO TRIBUTÁRIA LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 30.970.948/0001-30, com sede na Avenida Julho de Castilhos, Nº 739, Bairro Centro, Veranópolis/RS, CEP 95.330-000, neste ato representado por seu representante legal, Ricardo Ledur Gottardo, portador do CPF nº 009.792.650-70, doravante denominada simplesmente de **CONTRATADA**, firmam o presente contrato, mediante as cláusulas que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O objeto da presente Dispensa de Licitação Por Limite visa a contratação de serviços de treinamento e consultoria continuada em administração tributária municipal destinada aos servidores da SMF pela empresa CR CONSULTORIA EM GESTÃO TRIBUTÁRIA LTDA (CNPJ nº 30.970.948/0001-30), no valor mensal de R\$ 1.400,00, tendo por base o artigo 24, inciso II, da Lei nº 8.666/1993, conforme edital de **Dispensa de Licitação por Limite Nº 490/2022 e Proposta/Plano de Trabalho apresentado pela empresa.**

CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR CONTRATADO

O preço total do fornecimento objeto do presente contrato é de **R\$ 1.400,00 (Um mil e quatrocentos reais) mensais.**

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PAGAMENTO

O pagamento será realizado conforme autorização da Secretaria Municipal da Fazenda, onde será emitido declaração do fiscal de contrato, mediante a entrega da nota fiscal discriminada conforme a nota de empenho onde deverá constar o número da conta, agência, banco correspondente ao CNPJ participante da referida licitação, não será aceito a emissão de boleto para o pagamento.

Os valores da proposta não sofrerão quaisquer reajustes, nos termos da Lei 8.666/2013.

CLÁUSULA QUARTA – DA ENTREGA

O prazo para execução do serviço será de 12 (doze) meses a contar da data de elaboração deste documento.

A execução dos serviços será acompanhada pelo fiscal de contrato que fará a autorização para o pagamento do empenho.

Parágrafo Primeiro – Verificada a não conformidade de algum do objeto e/ou serviço, a licitante vencedora deverá promover as correções necessárias no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, sujeitando-se às penalidades previstas neste contrato.

Parágrafo Segundo – A Nota Fiscal/Fatura deve, obrigatoriamente, ser entregue junto ao setor financeiro da Secretaria da Fazenda, constando nela o número da Concorrência, o nome e número do banco, nome e número da agência e número da conta corrente da contratada.

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

São obrigações da CONTRATADA:

- a) executar o objeto da contratação na forma do presente contrato, não se admitindo quaisquer modificações sem prévia autorização da CONTRATANTE;
- b) arcar com todas as despesas, diretas ou indiretas, decorrentes do presente contrato;
- c) responsabilizar-se por todos os danos causados diretamente à CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, na execução do objeto do presente contrato.
- d) obriga-se a contratada a manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, a cumprir todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.



CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

É obrigação da CONTRATANTE, liquidar o empenho e efetuar o pagamento da fatura da empresa CONTRATADA, nos prazos estabelecidos no presente contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA VIGÊNCIA

O presente contrato terá vigência da data de assinatura do contrato vigorando pelo período de **12 (Dose) meses a contar da data deste documento.**

CLÁUSULA OITAVA – DAS PENALIDADES

a) A recusa injusta da adjudicatária em assinar o contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pelo Município, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-se às penalidades aqui previstas.

b) Pelo descumprimento total ou parcial da execução de serviços, a autoridade administrativa poderá, garantida prévia defesa, aplicar ao contratado as seguintes sanções:

b.1 advertência, que será aplicada através de notificação por meio de ofício, mediante contra recibo do representante legal da contratada estabelecendo o prazo de 05 (cinco) dias úteis para que a empresa licitante apresente justificativas para o atraso, que só serão aceitas mediante crivo da administração;

b.2 multa nas formas previstas no item c e d (desta cláusula);

b.3 rescisão de contrato;

b.4 suspensão do direito de licitar junto à Prefeitura Municipal de Canguçu, pelo prazo de até 02 (dois) anos;

b.5 declaração de inidoneidade para contratar ou transacionar com a Prefeitura Municipal de Canguçu.

c Será aplicada multa de 0,50% (cinquenta centésimos por cento) do valor total do contrato, por dia de atraso e descumprimento das obrigações estabelecidas no presente edital, até o máximo de 10 (dez por cento), a ser recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias contados da notificação oficial da contratada.

d Será aplicada multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato, no caso e inexecução total ou parcial do contrato, a ser recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias contados da notificação oficial da contratada.

e As multas serão descontadas dos pagamentos e, quando for o caso, cobradas judicialmente.

Parágrafo primeiro - Nos termos da Lei nº 8.666/93 a licitante, sem prejuízo das demais cominações legais e contratuais, poderá ficar, pelo prazo de até 60 (sessenta) meses, impedida de licitar e contratar com a Administração Pública e cancelado do Registro Cadastral de Fornecedores do Município de Canguçu, nos casos de:

- apresentação de documentação falsa;
- retardamento na execução do objeto;
- não manutenção do lance, após a adjudicação;
- comportamento inidôneo;
- fraude ou falha na execução do contrato;

Parágrafo Segundo - Será facultado a licitante o prazo de 05 (cinco) dias úteis para a apresentação de defesa prévia, na ocorrência de quaisquer das situações previstas no item 12 deste edital.

CLÁUSULA NONA – DA RESCISÃO DO CONTRATO

A inexecução total ou parcial do contrato ensejará sua rescisão, com as consequências contratuais, de acordo com o disposto nos artigos 78 a 80 da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO FUNDAMENTO LEGAL

O presente contrato decorre da Dispensa de Licitação nº 490/2022, a qual é parte integrante deste contrato, bem como a legislação aplicável à execução do contrato e especialmente os casos omissos, sendo neste caso a Lei nº 8.666/93.



MUNICÍPIO DE
CANGUÇU

CAPITAL DA AGRICULTURA FAMILIAR

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas provenientes deste Edital correrão por conta das dotações orçamentárias a seguir:

ÓRGÃO	CÓDIGO/FICHA
SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA	2203

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA FISCALIZAÇÃO

Fica responsável pela fiscalização deste contrato a servidora efetiva **Lilier Becker Damé**, CPF: 949.161.600-53 – Matrícula: 89265.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO FORO

As partes elegem o foro da Comarca de Canguçu – RS, para dirimir eventuais controvérsias decorrentes do presente contrato.

E, por estarem assim justas e acordadas, assinam o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma, juntamente com as testemunhas abaixo firmadas.

Canguçu, 25 de Agosto de 2022.

MARCUS VINICIUS MULLER PEGORARO
CONTRATANTE

CR CONSULTORIA EM GESTAO TRIBUTARIA LTDA
CONTRATADA

TESTEMUNHAS

NOME:
CPF:

NOME:
CPF: